

**DISCURSO DE S. EXA. MINISTRA DA AGRICULTURA,  
MARIA DO CÉU ANTUNES**

Conferência Interparlamentar sobre Desenvolvimento Rural, Agricultura e  
Coesão Territorial

16 de junho de 2021: Sessão II – A nova Política Agrícola Comum

---

Muito obrigada pelo convite para integrar esta conferência sobre Desenvolvimento Rural, Agricultura e Coesão Territorial.

Três grandes temas, com muitas pontes entre si. Pontes que se evidenciam, de forma clara, no território europeu.

Portugal não é exceção, pelo contrário. A Agricultura é um dos motores do desenvolvimento rural sustentável e da coesão territorial, contribuindo para uma gestão ativa do território e para o combate às desigualdades e assimetrias.

Uma missão que se torna possível também graças à Política Agrícola Comum.

A Política Agrícola Comum foi criada no pós-guerra, tendo em vista assegurar o abastecimento alimentar. Conseguiu, ao longo dos tempos, moldar-se às necessidades e às constantes mudanças da sociedade. Desde o abastecimento alimentar, através de melhorias de produtividade e da garantia de preços acessíveis, esta política foi alterada e adaptada para fazer face a novos desafios: a segurança alimentar, o ambiente e clima, o desenvolvimento rural, as alterações climáticas e, mais recentemente, a saúde e nutrição.

Ampliando o papel dos agricultores, partimos da produção alimentar para a proteção do ambiente, a sustentabilidade da agricultura, a gestão do território e a produção de bens públicos.

Tem vindo a demonstrar uma imensa capacidade de resposta e de resiliência, garantindo os alicerces para uma agricultura modernizada e inovadora, e cada vez mais tecnológica, pronta para responder aos desafios que se colocaram no passado, aos que se colocam no presente,



mas também aos que se vão colocar no futuro. Um futuro que, hoje, mais do que ontem, sabemos incerto.

Aliás, a covid-19 veio mostrar o papel inquestionável da agricultura e dos agricultores na produção de alimentos e a capacidade de resposta revelada pelo setor agroalimentar – algo que em muito se deve à existência de uma Política Agrícola Comum.

Esta reforma, cujo processo legislativo começou há 3 anos, é mais um passo: vai ser fundamental na gestão da transição para um sistema alimentar sustentável, ao mesmo tempo que vai ajudar os agricultores europeus a contribuir para os objetivos da UE em matéria de clima e proteção do ambiente.

Ao dar aos Estados-Membros uma maior subsidiariedade, o novo modelo, proposto para a PAC pós 2020, vai permitir combinar e aplicar, de forma mais articulada e focada, medidas de natureza obrigatória e facultativa no âmbito dos dois pilares da PAC. Tal vem criar um potencial de intervenção no domínio ambiental e climático, nomeadamente com um novo instrumento - os regimes ecológicos.

Apresenta também um modelo de desempenho, uma peça essencial na coerência da futura PAC. Este novo modelo permite que nos possamos concentrar mais naquilo que a política é capaz de alcançar, em vez de nos focarmos apenas no modo como a política é implementada.

Resumindo: a futura PAC vai ser essencial na promoção de uma agricultura mais verde e mais resiliente, capaz de contribuir para o desenvolvimento das zonas rurais, mas também para o reforço estrutural do sistema agroalimentar europeu.

A Presidência Portuguesa do Conselho da União está empenhada em fechar o acordo para a reforma da PAC, ainda este mês, de forma a garantir aos agricultores a previsibilidade que lhes é essencial.

Mas também para dar aos Estados-membros o calendário necessário para concluírem os seus planos estratégicos, de forma atempada.

Queremos que os instrumentos da futura PAC continuem a promover condições de concorrência mais equitativas entre todos os agricultores da UE, como entre agricultores e outros agentes económicos.

Precisamos, ainda, de fornecer, aos produtores, os meios para competirem num mercado mais alargado e para cumprirem com as exigências produtivas que lhes são requeridas.



É imperativo que se alcance um entendimento que sirva o setor e que garanta uma sustentabilidade ambiental, económica e social para todas e para todos.

Ou seja, é crucial que a nova PAC seja moderna e permita que a agricultura europeia faça uma transição para uma maior integração dos objetivos ambientais e climáticos, refletindo uma maior preocupação social, garantindo sempre a competitividade dos agricultores. Ninguém pode ficar para trás.

Como sabem, recebemos, esta semana, em Lisboa, os Ministros da Agricultura da União Europeia para a Reunião Informal de Ministros da Agricultura.

Estamos numa fase crucial das negociações e, nesse sentido, estabelecemos vários contactos informais durante estes dias. A próxima semana vai ser intensa em trabalhos, nomeadamente com o Parlamento Europeu. E vai terminar com um Supertrílogo.

O Conselho tem vindo a dar passos significativos para o contributo da agricultura, quer do ponto de vista ambiental e climático, quer do ponto de vista social e do alinhamento da PAC ao Pacto ecológico

Acredito que, no quadro da negociação, vamos encontrar um ponto de equilíbrio entre os dois legisladores, com o apoio da Comissão Europeia. Há, sem dúvida, um empenho claro por parte de todas as instituições.

Estou convicta de que conseguiremos chegar ao acordo no Conselho de Ministros de 28 e 29 de junho, no Luxemburgo.

Um processo cuja conclusão é essencial para a construção dos Planos Estratégico da PAC. Mas também, como referi no início da minha intervenção, para que a Política Agrícola Comum possa continuar a responder aos desafios que enfrentamos. Desafios que, estou certa, unidos e reforçando continuamente a cooperação, vamos conseguir superar.

É tempo de agir. Vamos manter bem aceso o lema da Presidência até ao final. Ou seja, o empenho no diálogo e na negociação vai manter-se até ao último dia, ambicionando fechar um acordo e garantir uma resposta ao setor e aos cidadãos europeus. Porque, como diz o sábio povo, até ao lavar dos cestos é vindima.

